

Desempenho acadêmico e moradia estudantil: variáveis que afetam estudantes da Universidade Federal da Grande Dourados

Academic achievement and student housing: variables that affect students at the Federal University of Grande Dourados

Cassiano Fernando Bordim¹ , Daniel Knebel Baggio² , Helder de Lima Fava³ , Ivano Ribeiro⁴ , Renato Fabiano Cintra⁵ 

Autor correspondente:

Renato Fabiano Cintra

E-mail:

renatocintra@hotmail.com

Declaração de interesses: Os autores certificam que não possuem implicação comercial ou associativa que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Authors' Contributions:

1, 2, 5 Conceptualization

1, 4, 5 Data collect

1, 2, 3, 4, 5 Analysis

1, 2, 3, 4, 5 Writing and Editing

O estudo identifica as variáveis que afetam o desempenho dos residentes da moradia estudantil da Universidade Federal da Grande Dourados e compara o desempenho de residentes com não residentes. A abordagem foi quantitativa com análise descritiva, regressão linear e de teste t-Student das variáveis socioeconômicas e do índice de desempenho de 356 alunos. O desempenho dos residentes pode ser influenciado pelas variáveis gênero, estado civil, tipo de ensino médio, turno de estudo, quantidade de pessoas com renda na família, tipo de ingresso e ano de entrada na universidade. Os residentes tiveram desempenho inferior aos não residentes e os de turno integral possuem desempenho superior aos de turno parcial.

Palavras-chave: Moradia Estudantil; Desempenho Acadêmico; Política Pública.

The study identifies the variables that affect the performance of residents in the Federal University of Grande Dourados student housing and the comparison of the performance of residents with non-residents. The approach was quantitative with descriptive analysis, linear regression and Student's t-test of socioeconomic variables and the performance index of 356 students. The performance of residents can be influenced by the variables gender, marital status, type of high school, study period, number of people with income in the family, type of entry and year of entry into university. Residents performed less well than non-residents, and full-time residents performed better than part-time residents.

Keywords: Student Housing; Academic Achievement; Public policies.

¹ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

² Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI.

³ Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAdm, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

⁵ Programa de Mestrado Profissional de Administração Pública – PROFIAP, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a qualidade da formação acadêmica tem sido um importante motor para diversas investigações no Brasil, com destaque para a identificação dos fatores que influenciam o desempenho dos estudantes (Polese; Bortoluzzi; Antonelli, 2019). A literatura tem dado prioridade a estudos sobre esses fatores e buscado formas de estabelecer parâmetros e aprimorar sua análise (Tomei *et al.*, 2022).

A importância desse tema está diretamente relacionada ao fato de que a formação acadêmica é frequentemente o ponto de partida para que muitos estudantes possam ingressar no mercado de trabalho e traçar as suas carreiras. Esse conceito vem sendo propagado desde a década de 1960, quando a escolaridade passou a ser vista como um fator de ascensão social (Gouveia, 1981).

O número de ingressantes no ensino superior tem aumentado significativamente, com cerca de 8 milhões de novos alunos apenas em 2016, em comparação aos 2,7 milhões de 2000 (INEP, 2001, 2017). No entanto, esse crescimento ainda enfrenta desafios, uma vez que houve 1,3 milhões de trancamentos em cursos superiores por diversos motivos (INEP, 2017). A Associação Brasileira Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) identificou que 79% dos alunos entrevistados, que ainda não concluíram o ensino médio, possuem interesse em cursar o ensino superior; no entanto, metade deles não possuem condições de pagar uma faculdade particular (ABMES, 2016).

O resultado demonstra a importância das políticas de assistência estudantil, haja vista que a parcela significativa dos alunos tem intenção de estudar, mas não possuem condições financeiras de se manter. Responder essas demandas sociais apresenta-se como um desafio importante às políticas de governo e da universidade (Abreu, 2013; Faedo; Yamamoto; Jesus-Lopes, 2017; Marchi; Pereira; Verdinelli, 2017; Lima; Davel, 2018; Ferreira, 2018). Tendo em vista minimizar essas discrepâncias, o governo busca, por meio de políticas de assistência estudantil, proporcionar oportunidades de ingresso e permanência no ensino superior das classes vulneráveis (Souza; Cintra, 2020).

A moradia estudantil é um programa de assistência estudantil e a sua disponibilização consiste em complemento da política de assistência estudantil que busca promover a permanência e erradicar a evasão (Cintra; Ribeiro; Costa, 2023). Essa conquista foi mérito do esforço coletivo (Vasconcelos, 2010) e representa a concretização da luta histórica em torno da assistência estudantil por direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior. O objetivo da moradia estudantil é proporcionar ao acadêmico um ambiente favorável e propício para a aprendizagem, permanecer e concluir o ensino superior.

A relevância da moradia estudantil foi confirmada nas pesquisas de Garrido e Mercuri (2013) e, posteriormente, por Brito e Barbosa (2017), os quais ressaltam a efetiva importância de continuar e aperfeiçoar o programa moradia estudantil aos discentes com vulnerabilidade socioeconômica. Numa das entrevistas realizadas, o acadêmico resalta que a única alternativa à sua permanência no curso de graduação foi a residência

estudantil, visto a distância de sua casa da universidade (Brito; Barbosa, 2017). As ações de democratização e apoio à permanência no curso têm apresentado impactos relevantes, indicando que a permanência em residências estudantis exerce influência positiva na socialização acadêmica, enquanto aqueles que residem com familiares tendem a ter desempenho superior aos residentes.

Logo, a moradia estudantil vai além do contexto acadêmico, não limitando em viabilizar a permanência do aluno de baixa renda em cursar o ensino superior, mas também, o envolve em um conjunto de novas experiências e desafios, denominada “vivência acadêmica” (Brito; Barbosa, 2017). Além das atividades curriculares obrigatórias, o estudante é inserido em novo contexto social, interagindo com colegas, professores, participando de atividades festivas, da política estudantil, dos estágios voluntários, das modalidades esportivas, e outras. A inserção nas dependências da universidade traz à tona uma série de preocupações que vão desde problemas pessoais (solidão, timidez, medo e outros) até problemas acadêmicos (dificuldade de relacionamento com professores, competências de estudos, estresse em situações de avaliação e outros). Esse conjunto de fatores influenciam diretamente na qualidade (Ferraz; Pereira, 2002) e no aprendizado (Cunha; Carrilho, 2005).

Na prática, o conjunto de atividades que envolvem o dia a dia do aluno somado a esse novo ambiente, torna fator de impacto, que conseqüentemente gera reflexo no percurso acadêmico, podendo influenciar, positiva ou negativamente, no currículo do aluno. Este estudo busca ampliar essas discussões e, diferente das pesquisas que antecederam ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as quais enfocaram variáveis psicológicas e áreas de estudo, o nosso estudo demonstra as variáveis que geram efeito no desempenho dos acadêmicos residentes e comparam residentes com não residentes.

Portanto, esse estudo tem uma relação estreita com o PNAES, que foi criado em 2008 com o objetivo de contribuir para a democratização do acesso e a permanência na educação superior pública federal por meio da concessão de assistência estudantil aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A análise das variáveis socioeconômicas que influenciam o desempenho acadêmico dos estudantes residentes é fundamental para o PNAES, pois permite que as políticas de assistência estudantil sejam mais efetivas e voltadas para as necessidades reais dos estudantes. Logo, o presente estudo verifica variáveis socioeconômicas que influenciam no desempenho, compara desempenho dos residentes e não residentes, além de identificar se alunos de curso integral têm desempenho diferente de curso parcial.

No Mato Grosso do Sul, das 34 instituições de ensino superior, apenas quatro são públicas: dentre elas estão a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A UFGD foi a primeira a oferecer moradia estudantil no estado com sede própria e integrante de sua estrutura predial, a qual foi inaugurada em 2013 e acomoda até 96 alunos, os quais devem

possuir núcleo familiar não residente na cidade de Dourados/MS. Garantir moradia aos estudantes em situação de vulnerabilidade, cujas famílias não residam na cidade os possibilita desenvolver suas atividades acadêmicas e concluir o curso (UFGD, 2018). De 2013 até 2018 a UFGD concedeu moradia estudantil a 178 alunos e o tempo médio de estadia foi de 2 anos.

A relevância do estudo está em evidenciar o desempenho acadêmico dos assistidos pela moradia estudantil, bem como as fragilidades e limites que os envolvem. O resultado contribui no desenvolvimento de ações para a permanência e desempenho do aluno. Até então, as pesquisas utilizaram indicadores voltados a mensurar o universo acadêmico relacionado às situações sociais e/ou psicológicas (Barbosa, 2009; Garrido; Mercuri, 2013; Barreto, 2014; Campos; Araujo; Raposo, 2015; Ariovaldo, 2016; Brito; Barbosa, 2017). O estudo foi dividido em cinco partes. Além da introdução, tem a revisão da literatura da assistência estudantil, moradia estudantil e seu impacto no desempenho acadêmico. Na sequência, tem os procedimentos metodológicos e a síntese da pesquisa. Por fim, tem a quarta e quinta parte, onde são apresentados e discutidos os resultados, além das considerações com as limitações e pesquisas futuras.

REVISÃO DA LITERATURA

Assistência estudantil

O entendimento de assistência estudantil não se resume apenas em permitir o ingresso do acadêmico de baixa renda no ensino superior. É mais que isso, pois carrega compromisso social, possibilitando que permaneça e conclua o curso. Somente políticas de acesso não bastam, é preciso de alternativas com condições para que permaneçam na universidade (Barbosa; Barreto; Bezerra, 2005). A assistência estudantil no Brasil pode ser dividida em duas fases: escassez de recursos e poucas ações destinadas ao auxílio do estudante; e políticas públicas voltadas ao apoio do estudante e maiores investimentos (Costa, 2010).

Como complemento a discussão, Souza e Cintra (2020) identificam quatro ondas na discussão contemporânea da assistência estudantil no contexto brasileiro. A primeira onda consistiu na discussão das cotas no contexto do ensino superior (lei de cotas e discussão do acesso). A segunda onda consistiu na expansão do ensino superior atrelado com a expansão das vagas de ingresso no ensino superior (democratização do ensino superior). A terceira onda centra-se na permanência e no desempenho dos acadêmicos assistidos (resultados do PNAES). A quarta onda é a discussão da inserção dos egressos da assistência estudantil no mercado de trabalho e formação acadêmica-profissional (competência e orientação ao mercado).

No Brasil, a assistência estudantil foi solidificada no período de 1930, quando movimentos sociais unidos buscaram reivindicar temas relacionados à promoção do bem-estar nacional, amparo social e questões sociais. Esse período ficou conhecido como uma

nova dimensão política, pois em paralelo o país vivia o processo de industrialização (Pinto, 2015). A partir das reivindicações, em 1931, o ministro da Educação e Saúde propôs o Decreto nº 19.851/1931, conhecido por Reforma Francisco Campos ou Estatuto das Universidades. O decreto trouxe a proposta para criação de associação de classe denominada Sociedade dos Professores Universitários, que objetivava organizar a caixa do professorado universitário, com os recursos provenientes de contribuição dos membros da sociedade, de donativos de qualquer procedência e de uma contribuição anual de cada um dos institutos universitários fixado pelo conselho universitário (Brasil, 1931). As medidas condicionaram a aproximação entre população estudantil e governo; os decretos e as leis estavam diretamente voltados aos olhares da população estudantil, com inclusão de bolsas de estudo destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendam ao auxílio instituído (Brasil, 1931).

A democratização do ensino superior ficou por muitos anos emperrada nos termos das leis brasileiras: durante um longo período, o acesso à educação superior no Brasil era um privilégio da minoria (Ariovaldo, 2016). As poucas vagas, aliadas ao alto custo de ingresso e permanência, já caracterizavam de imediato que o ensino superior era destinado a população com um perfil econômico mais alto. Ao longo do tempo, a estrutura educacional brasileira foi se transformando em direção ao modelo europeu e, em resposta às reivindicações populares e sindicais, a Constituição de 1946 atendeu a essa demanda ao criar uma lei que garante o acesso gratuito à educação, tanto no ensino fundamental quanto no superior, conforme o artigo nº 168, inciso II (Brasil, 1946). O artigo nº 172 de 1946 declara que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm por obrigação desenvolver serviços de assistência educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados (Brasil, 1946).

Com o objetivo de democratizar o acesso e a inclusão da população vulnerável no ambiente acadêmico, ao longo do tempo, as políticas públicas foram sendo aprimoradas e implementadas. Dentre elas, destacam-se iniciativas que buscam minimizar as desigualdades socioeconômicas, tais como o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o próprio PNAES. Estas políticas buscam tanto a democratização do acesso quanto a formação para a cidadania. Como marco no avanço das políticas de assistência estudantil nas universidades federais, tem-se a portaria normativa nº 39, de 12/12/2007 (Brasil, 2007b), que institui o PNAES. Destacam-se ações afirmativas necessárias para o acesso à educação, sendo esses pilares importantes para construção de sociedades livres, justas e solidárias, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (Faedo; Yamamoto; Jesus-Lopes, 2017; Gomes; Passos, 2018; Ferreira, 2018; Mello *et al.*, 2020).

As ações de assistência são destinadas aos estudantes de graduação presencial nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e vão desde moradia estudantil,

alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A portaria foi alterada em 2010 e o PNAES passou a ser regulamentado pelo Decreto 7.234, de 19/7/2010, ampliando as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e dando estabilidade ao programa. Deve-se lembrar que o PNAES foi criado como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (MEC). Desde então, o programa vem sendo implementado em universidades federais de todo o país, com o objetivo de garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham condições de permanecer e concluir seus cursos de graduação. Portanto, é relevante discutir, descrever e propor estratégias organizacionais de implementação de políticas públicas de assistência estudantil ancoradas na sua efetividade e contribuições práticas aos estudantes (Sandfort; Moulton, 2015; Lima; Danvel, 2018).

Moradias estudantis

A moradia estudantil é uma política assistencial que se expandiu por várias universidades do mundo com o propósito de contribuir na formação e no desenvolvimento do acadêmico. A história relata que a busca pelo conhecimento fora da cidade de origem é antiga, desde o tempo da Grécia Antiga; entre os séculos XII e XIII a.C., as crianças vindas da nobreza eram enviadas a outros palácios para aprender novos ensinamentos, costumes e culturas (Aranha, 2006). No entanto, a primeira escola que ofereceu moradia a estudantes pobres vindos de outras regiões surgiu na Itália, no século XIV. A Universidade de Bolonha ficou conhecida como a primeira IES a organizar um sistema de moradia estudantil, ainda que o número de vagas destinada aos alunos fosse extremamente reduzido (Loureiro, 1986).

No século XIX, após a Revolução Francesa, ocorreu um processo de mudança na flexibilização do ensino e inclusão de pessoas de classes mais baixas no ensino superior. Houve uma reestruturação das ideologias políticas e o estado passou a se interessar mais pela qualificação e melhoria da mão-de-obra, o que acabou aproximando os interesses do estado aos do ensino superior. Essa mudança no pensamento liberal foi disseminada para universidades em toda a Europa, fortalecendo o processo de assistência voltado às moradias estudantis. Já no século XX, houve a criação e institucionalização de uma série de universidades federais com amparo residencial aos alunos vindos de outras regiões. É a partir desse contexto que as políticas de permanência estudantil começam a ser discutidas com maior ênfase (Loureiro, 1986; Mendonça, 2000).

Em tese, as moradias estudantis universitárias são residências disponibilizadas por IES, pública ou privada, com o propósito de garantir habitação aos alunos de baixa renda, provenientes de outras localidades (BRASIL, 2007). Para compreender cada tipo de moradia, a Secretaria Nacional da Casa de Estudante (SENCE) distingue da seguinte forma: alojamento estudantil: consiste na moradia de propriedade da instituição de ensino

superior e/ou secundaristas públicas que com estas mantenham vínculo gerencial administrativo; casa de estudante: a moradia estudantil administrada de forma autônoma, segundo estatutos de associação civil com personalidade jurídica própria, sem vínculos com a administração da IES ou secundarista; e república estudantil, que é o imóvel locado coletivamente para fins de moradia estudantil (SENCE, 2011). Cada residência possui suas normas internas e variam de acordo com o propósito, sendo comum encontrar residências onde permite, no alojamento, apenas pessoas de um único sexo, as que permitem ambos os sexos ou podem ocorrer de outras formas, por exemplo, cursos específicos, graduandos ou pós-graduandos (Garrido, 2012).

Portanto, o estudo tem o destaque distinto dos trabalhos já realizados, haja vista que as pesquisas caminham pelas seguintes vertentes: análise da assistência estudantil no âmbito das residências universitárias da Universidade Federal da Paraíba (Barbosa, 2009); moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil, reflexões sobre as políticas de gestão universitária (Barreto, 2014); tempo que os estudantes com auxílio moradia na Universidade Federal de Pernambuco levam para se formar ou se desvincular da instituição (Campos; Araujo; Raposo, 2015); programa de auxílio moradia em unidade acadêmica de uma universidade de Pernambuco, uma avaliação na perspectiva dos discentes beneficiados (Brito; Barbosa, 2017); a política de moradia estudantil, um enfoque nas experiências de moradoras nos alojamentos da Universidade Federal de Viçosa (Ariovaldo, 2016), e compreensão acerca dos modos de vida de estudantes em uma moradia estudantil de uma universidade do interior de Minas Gerais (Rodrigues; Ramos, 2023).

Moradia estudantil e desenvolvimento acadêmico

As moradias estudantis têm sido um dos principais obstáculos econômicos à gestão das universidades, haja vista que o desafio se apresenta à ampliação e aprimoramento dos serviços (Barreto, 2014). O tema não envolve apenas a moradia como um fator substancial de amparo domiciliar: traz consigo reflexos em um contexto maior, pois apresenta um conjunto de fatores que vai desde mudança dos hábitos, rotinas, convivência social e psicológica do acadêmico. A vivência no espaço universitário envolve o acadêmico em um conjunto de experiências inovadoras. Além das atividades curriculares obrigatórias os alunos são desafiados a participar em outras ações que fogem do currículo acadêmico. Esse conjunto de atividades influenciam diretamente na formação do aluno (Garrido; Mercuri, 2013).

Atividades complementares se apresentam como conjunto diversificado, compondo os projetos político-pedagógicos dos cursos e contribuindo para o crescimento pessoal, cultural e profissional (Fior; Mercuri, 2009). Pesquisa realizada em 11 IES dos EUA destaca que acadêmicos envolvidos em atividades complementares se sobressaíram aos demais e aptidões foram identificadas com maior frequência: ganhos em competência interpessoal, competência prática, conhecimentos e habilidades acadêmicas, aumento da complexidade

cognitiva e humanitária (Kuh, 1995). A concepção de moradia estudantil é mais ampla do que alojar e garantir a permanência, pois o aluno residente tem maior envolvimento na universidade; além disso, questões culturais, sociais e mudanças de rotina influenciam o desempenho acadêmico do estudante (Cintra; Ribeiro; Costa, 2023).

Estudos recentes indicam que a moradia estudantil é um fator relevante que pode aumentar as chances de universitários em situação de vulnerabilidade concluírem seus estudos (Ariovaldo, 2016). No entanto, ainda não está nítido se a adoção de políticas como as cotas (ações afirmativas ou o PNAES) têm impacto direto no desempenho acadêmico dos estudantes, o que foi indicado como um tema de interesse para futuras pesquisas (Campos *et al.*, 2017). Mesmo assim, alguns estudos indicam que residir no campus está correlacionado com a probabilidade de os estudantes persistirem nos estudos e que também exerce influência positiva na integração acadêmica e social do estudante (Garrido; Mercuri, 2013).

Além disso, outras variáveis podem influenciar no desempenho acadêmico, como motivação, esforço pessoal, quantidade de horas de estudo, frequência às aulas, conhecimento prévio dos alunos, formação pedagógica do docente e a infraestrutura da instituição (Sousa; Ferreira; Miranda, 2019). Atrelado a isso, tem-se a compreensão de que a maioria dos serviços públicos necessita de um papel ativo dos indivíduos que os consomem (Chaebo; Medeiros, 2017) ou participam do processo, como é o caso dos alunos assistidos pela assistência estudantil. Mesmo assim, Vasconcelos (2010) destaca que a assistência estudantil é capaz de influenciar positivamente no desempenho acadêmico. Nesse contexto, torna-se importante o estudo, haja vista o potencial de aprimorar as afirmações e compreender os fatores que geram efeito no desempenho de residentes ou não e vulneráveis ou não socioeconômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui abordagem quantitativa. A amostra foi escolhida de forma intencional, pois incluiu todos os estudantes que foram ou são beneficiados pela moradia estudantil da UFGD, desde o início, que foi em 2013. Chegou-se a um total de 178 estudantes que tiveram acesso à moradia estudantil (2013-2018). O benefício é exclusivo para alunos que comprovem vulnerabilidade socioeconômica, respeitando o limite estabelecido no decreto PNAES, que é renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo. Atrelado a isso, tem o quesito estabelecido pela UFGD de que o aluno interessado em ingressar na moradia deve obrigatoriamente o seu núcleo familiar não residir em Dourados/MS (cidade onde está situada a UFGD).

Para minimizar os vieses da presente pesquisa, a base controle foi montada com semelhanças da base em análise. Buscou, aleatoriamente, a mesma quantidade de alunos da moradia estudantil da UFGD, respeitando o mesmo período de ingresso e curso. Logo, a base controle perfaz uma base quase espelhada, mas sem a existência da

vulnerabilidade socioeconômica e não classificados como perfil de assistência estudantil na UFGD. Vale ressaltar que no grupo controle não foi observada semelhança da quantidade de gêneros entre os residentes e não residentes; a semelhança entre os grupos aconteceu por acaso, sendo 183 do sexo feminino (51,4%) e 173 do sexo masculino (48,6%).

A composição final foi de 356 estudantes, formado por 178 acadêmicos não residentes e não classificados como perfil de assistência estudantil (sem questionário de avaliação socioeconômico), e 178 acadêmicos pertencentes a moradia e classificados como perfil de assistência estudantil (com questionário de avaliação socioeconômico avaliado e validado) pela equipe de serviço social da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE) da UFGD. O questionário socioeconômico contém um conjunto de informações que podem ser divididas em quatro partes: informações básicas de identificação do acadêmico, como: curso, data nascimento, ano de ingresso, gênero, município de origem, estado civil, cor/raça e tipo de ingresso; informações de cunho social, do tipo: possui filhos, situação conjugal dos pais, qual principal fonte de lazer, lugares que costuma frequentar, ano de conclusão do ensino médio, tipo de escola que cursou o ensino médio, escolaridade dos pais, quantidade de pessoas que moram na residência familiar; informações dos benefícios que os acadêmicos recebem, trabalho dos pais, quantidade de pessoas que contribuem para a renda familiar, quem é o principal responsável da manutenção financeira, se o acadêmico trabalha, se o trabalho é relativo ao curso, se recebe mais algum benefício e os bens da família (situação financeira); e informações referente a saúde dos acadêmicos: se pratica algum esporte, se possui algum tipo de deficiência ou mobilidade restrita e se alguma pessoa da família tem alguma doença crônica, degenerativa ou grave conforme classificação do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal.

A coleta foi realizada em dois momentos distintos: primeiro, foram liberados os históricos escolares e as informações do questionário socioeconômico dos acadêmicos que residiram na moradia. Por questão de sigilo e questões éticas, os alunos foram desassociados dos históricos e dos questionários, constando apenas informação numérica, não sendo possível identificar de quem se tratava. Com base nessas informações, foi possível formar outro grupo de alunos não residentes e que não eram classificados como vulneráveis e, utilizando os critérios de semelhança, compor o segundo momento da coleta dos dados. Dessa forma, foi novamente solicitado a PROAE o histórico escolar de alunos que se encaixavam nos critérios mencionados para compor a base controle. De posse dos históricos, os dados foram retirados e tabulados em planilhas, contendo as notas das disciplinas dos semestres, desde o início da graduação até o 2S-2018 (para graduação em andamento) ou até a saída (conclusão-evasão). Importante ressaltar que esse grupo controle não possuíam as informações do questionário socioeconômico e, por isto, não foi possível fazer a relação com as demais variáveis. Para calcular o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA) dos alunos, utilizou-se das notas do semestre nas disciplinas, multiplicado pela carga horária e dividido pela carga horária total do semestre, conforme é representado na fórmula contida na Figura 1.

Figura 1. Cálculo do Índice de Desempenho Acadêmico (IDA).

$$\text{IDA} = \frac{\sum_{i=1}^{i=n} (\text{Valor da nota no componente curricular}) \times (\text{carga horária do componente curricular})}{\sum_{i=1}^{i=n} \text{Soma de todas as cargas horárias dos componentes curriculares}}$$

Fonte: UFGD (2010, p. 87).

Existem outros indicadores disponíveis na literatura (Mendonça *et al.*, 2015) que poderiam ser utilizados, mas optou-se pelo IDA por já ser um parâmetro adotado na instituição e por ser comumente utilizado como critério para medir a eficácia do processo de ensino-aprendizagem (Polese; Bortoluzzi; Antonelli, 2019) e pelos estudantes conhecerem e saberem do referido cálculo. O IDA também já foi utilizado em estudos anteriores para comparar o desempenho acadêmico de estudantes participantes e não participantes de programas de ações afirmativas (Cintra; Ribeiro; Costa, 2023; Miranda; Lima; Andrade, 2020; Miranda; Lima; Marinello, 2018).

O IDA representa a média global obtida pelo aluno em todo o seu curso ou no semestre, se for o caso. No estudo, utilizou o IDA acumulado, ou seja, calculou o IDA do 1º semestre e identificou na planilha; na sequência, calculou o IDA do 2º semestre, utilizando as informações do 1º e 2º semestres, de maneira acumulada. Caso tivesse cursado disciplinas de verão ou inverno, as de verão foram para o IDA do 2º semestre do referido ano, enquanto as de inverno foram para o IDA do 1º semestre do referido ano. A partir dos IDAs (variável dependente) e das variáveis socioeconômicas (variável independente), foram efetuados as análises descritivas e os testes estatísticos (regressão linear e teste *t-Student*). Por fim, tem a síntese da pesquisa contida no Quadro 1.

Quadro 1. Síntese da pesquisa.

Objetivo	Hipóteses	Coleta	Análise	Resultados
Analisar as variáveis que geram efeito no desempenho dos acadêmicos residentes e não residentes na moradia estudantil	As variáveis socioeconômicas: sexo; estado civil; tipo de ensino médio; turno de estudo; possui rendimento financeiro; distância da residência; quantidade de pessoas na moradia; quantidade de pessoas com renda na família; escolaridade dos pais; tipo de ingresso; tempo de entrada na universidade; e ano influenciam positivamente o IDA.	Questionário socioeconômico (coleta das variáveis) e histórico escolar (cálculo do IDA)	Regressão linear e teste <i>t-Student</i>	Fatores que influenciam no desempenho dos acadêmicos da UFGD

	Existem diferenças significativas do desempenho acadêmico dos residentes e não residentes na moradia estudantil	Histórico escolar dos estudantes residentes e não residentes na moradia (cálculo do IDA)	Análise descritiva e teste <i>t-Student</i>	O IDA dos residentes e entender o impacto da moradia no sucesso acadêmico
	Os alunos de turno integral possuem desempenho acadêmico superior aos de curso parcial	Histórico escolar dos alunos residentes na moradia de curso parcial e integral (cálculo do IDA)	Teste <i>t-Student</i>	Média dos cursos parcial e integral e se existem diferenças significativas

Fonte: Resultados da pesquisa.

Entende como exequível os procedimentos destacados, bem como detalhados na íntegra para possibilitar uma futura replicação da pesquisa em outra instituição ou na mesma em período distinto ou complementar. Na sequência serão apresentados e discutidos os resultados.

RESULTADOS

Apresentação

No intuito de demonstrar a estatística descritiva da amostra da pesquisa de maneira sintética (excetuando base controle), organizou por faculdade (Tabela 1). A síntese possibilita visão ampla e a identificação da concentração dos públicos.

Tabela 1. Distribuição dos residentes por faculdade.

Faculdade	Freq	Freq Acum	%	% Acum
1 de Ciências Humanas	44	44	24,72%	24,72%
2 de Ciências Exatas e Tecnologia	35	79	19,66%	44,38%
3 de Ciências Agrárias	20	99	11,24%	55,62%
4 de Ciências Biológicas e Ambientais	20	119	11,24%	66,85%
5 de Engenharia	17	136	9,55%	76,40%
6 de Comunicação, Artes e Letras	15	151	8,43%	84,83%
7 de Administração, Ciências Contábeis e Economia	10	161	5,62%	90,45%
8 de Ciências da Saúde	9	170	5,06%	95,51%
9 de Educação	5	175	2,81%	98,31%
10 de Direito e Relações Internacionais	3	178	1,69%	100%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com o objetivo de apresentar uma análise mais detalhada da Tabela 1, optou-se por identificar os cursos dos alunos residentes na moradia (excluindo a base de controle), como

pode ser visto na Tabela 2. Essa abordagem reflete o que foi enfatizado por Rodrigues e Ramos (2023, p. 1), de que “a identificação do perfil e a escuta ativa das vozes dos estudantes-habitantes destas moradias estudantis parece ainda uma extensa lacuna nas pesquisas em Ciências Humanas”. Portanto, é fundamental analisar a compreensão dos estudantes a partir da diversidade e especificidades dos cursos.

Tabela 2. Distribuição dos residentes por curso.

Graduação	Freq	Freq Acum	%	% Acum
1 Química	18	18	10,11%	10,11%
2 Psicologia	13	31	7,30%	17,42%
3 Ciências Sociais	12	43	6,74%	24,16%
4 Artes Cênicas	10	53	5,62%	29,78%
5 Geografia	10	63	5,62%	35,39%
6 Matemática	10	73	5,62%	41,01%
7 Agronomia	8	81	4,49%	45,51%
8 Engenharia Agrícola	8	89	4,49%	50,00%
9 História	7	96	3,93%	53,93%
10 Biotecnologia	6	102	3,37%	57,30%
11 Letras	6	108	3,37%	60,67%
12 Engenharia de Alimentos	5	113	2,81%	63,48%
13 Engenharia de Energia	5	118	2,81%	66,29%
14 Gestão Ambiental	5	123	2,81%	69,10%
15 Medicina	5	128	2,81%	71,91%
16 Zootecnia	5	133	2,81%	74,72%
17 Ciências Contábeis	4	137	2,25%	76,97%
18 Ciências Econômicas	4	141	2,25%	79,21%
19 Nutrição	4	145	2,25%	81,46%
20 Sistemas de Informação	4	149	2,25%	83,71%
21 Administração	3	152	1,69%	85,39%
22 Educação Física	3	155	1,69%	87,08%
23 Engenharia de Computação	3	158	1,69%	88,76%
24 Engenharia de Produção	3	161	1,69%	90,45%
25 Engenharia Mecânica	3	164	1,69%	92,13%
26 Física	3	167	1,69%	93,82%
27 Ciências Biológicas	2	169	1,12%	94,94%
28 Engenharia Civil	2	171	1,12%	96,07%
29 Engenharia de Aquicultura	2	173	1,12%	97,19%
30 Pedagogia	2	175	1,12%	98,31%
31 Relações Internacionais	2	177	1,12%	99,44%
32 Direito	1	178	0,56%	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por fim, tem a percentual de estudantes, residentes ou não, que estão cursando, que evadiram o curso ou que já concluíram a sua graduação, os quais são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Comparação da conclusão e evasão dos grupos.

Grupo	Situação	Freq	%
1 Residentes	Conclusão	77	43,26%
	Evasão	26	14,04%
	Cursando	76	42,70%
2 Não Residentes	Conclusão	87	48,88%
	Evasão	19	10,67%
	Cursando	72	40,45%

Fonte: Resultados da pesquisa.

A partir da Tabela 3 é possível destacar dois pontos. O percentual de conclusão dos residentes e vulneráveis para os não residentes e não vulneráveis foi 5,62% menor (formaram 10 alunos a mais), enquanto o percentual de evasão dos residentes e vulneráveis para os não residentes e não vulneráveis foi 3,37% maior (evadiram 7 alunos a mais). Considerando as vulnerabilidades socioeconômica destes alunos, bem como residir fora do núcleo familiar (distante dos familiares), os resultados são ínfimos diante das adversidades, histórica ou do dia a dia, que esse grupo de vulneráveis enfrenta ou enfrentou.

Os achados corroboram com os indicativos de Kroth e Barth (2022), os quais apontam que a evasão no ensino superior é um fenômeno complexo, no qual diversos fatores devem ser levados em consideração, incluindo aspectos familiares (como renda e escolaridade dos pais), individuais (como disciplina, motivação, autocontrole e confiança), situacionais (como saúde, mercado de trabalho, violência e distância da universidade) e institucionais (como infraestrutura, currículo, formação docente, recursos didáticos, sistema de avaliação e programas de apoio). Portanto não é apenas um fator que deve ser considerado para expressar o desempenho acadêmico, mas o estudo da complexidade dos fatores e das suas relações.

Análise da regressão

Com intuito de compreender a relação do IDA com as variáveis socioeconômicas, foram testados dois modelos de regressão linear. O modelo 1 contempla o IDA dos semestres apenas dos acadêmicos com perfil de vulnerabilidade. O modelo 2 contempla todos acadêmicos, incluindo os que não se apresentaram como vulneráveis (base controle); isto ocorreu devido a disponibilidade de um conjunto maior de informações relativas ao primeiro grupo (questionário socioeconômico). Na Tabela 4 observa-se: valores dos coeficientes de regressão ou coeficiente *Beta* (β); número de semestres (N) de cada grupo; significância do modelo ajustado (teste F); e coeficiente de determinação (R^2 e R^2 ajustado). Ambos os modelos apresentaram valor de inflação de variância ($Vif < 3,0$), demonstrando não haver problemas de multicolinearidade.

Tabela 4. Análise da regressão com variáveis que afetam o IDA.

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2	
Sexo	-0,120*	-0,078*	
Estado civil	-0,096*		
Tipo de ensino médio	-0,153*		
Turno	-0,145*		
Se possui rendimento	-0,022		
Distância da residência	-0,026		
Quantidade de pessoas na moradia	-0,002		
Quantidade de pessoas com renda na família	-0,159*		
Escolaridade dos pais	0,01		
Tipo de ingresso	-0,131*		
Tempo de entrada	-0,006	-0,073*	
Ano	0,078*	0,103*	
	N	1.193	2.832
	F	10.347*	11.336*
	R ²	0,095	0,012
	R ² ajustado	0,086	0,011

* Valores significante ao nível de 0,05

Nota: A variável dependente foi o IDA.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nesta etapa, utilizou 12 variáveis do questionário: sexo (*dummy* = 0 fem; 1 masc), estado civil (*dummy* = 0 solteiro/separado; 1 casado), tipo de ensino médio (*dummy* = 0 só pública; 1 outros), turno do curso (*dummy* = 0 parcial; 1 integral), renda de trabalho (*dummy* = 0 não possui; 1 possui), distância da residência (em km), quantidade de pessoas na residência do aluno, quantidade de pessoas com renda na residência do aluno, escolaridade dos pais, tipo de ingresso (*dummy* = 0 Sisu; 1 vestibular); tempo de entrada; e ano da coleta do IDA), estas foram relacionadas com o IDA. Entende-se que são importantes variáveis ligadas ao aluno e seu grupo familiar, sendo de cunho socioeconômico, e que estudos mencionam a relação como proposição, não testando de fato seu poder influenciador e explicativo no desempenho.

Os resultados mostram que os modelos possuem significância, embora baixo poder explicativo. Atrela esse resultado a complexidade e as múltiplas razões do desempenho acadêmico, como já mencionado. À adequação do modelo é observado o R^2 , que vem a ser a medida do grau de ajustamento da equação de regressão aos dados (SELL, 2005). O R^2 apresenta a capacidade preditiva do modelo, o qual demonstra a proporção da variação total explicada. O modelo 1 possui R^2 de 9,5%, já o modelo 2 tem R^2 de 1,2%. O modelo 1 (maior poder explicativo), demonstra que as variáveis que possuem associação positiva com o IDA são: sexo feminino ($\beta = -0,120$, $p < 0,05$); solteiro/separado ($\beta = -0,096$, $p < 0,05$); não ter cursado o ensino médio apenas em escola pública ($\beta = -0,153$, $p < 0,05$); estudar em turno parcial ($\beta = -0,145$, $p < 0,05$); família com menos pessoas trabalhando ($\beta = -0,159$, $p < 0,05$); ingressou via Sisu ($\beta = -0,131$, $p < 0,05$); e anos mais recentes

relacionam-se com melhores desempenhos ($\beta = 0,078$, $p < 0,05$). Pesquisas corroboram e divergem desses resultados. Identificou-se que turno, estado civil e renda estão associados ao desempenho (Lacerda; Valentini, 2018) e que o aluno de curso parcial residente teria desempenho maior ao integral (Cintra; Ribeiro; Costa, 2023). A variável gênero acaba por não afetar no desempenho (Paula; Farias, 2017; Lacerda; Valentini, 2018).

Comparação das variáveis

Após verificação das associações das variáveis com IDA, investigou-se a existência de diferenças no desempenho entre os grupos com as variáveis significantes no modelo 1 da regressão, conforme Tabela 5.

Tabela 5. Teste *t-student* para as variáveis significantes no modelo 1 da regressão.

Variável	Tipo	N	Média (IDA)	Desvio Padrão	Erro Padrão	P valor
Gênero	Feminino	1.451	6,4	1,6	0,043	0,000
	Masculino	1.382	6,1	1,6	0,044	
Estado Civil	Solteiro/Separado	1.437	6,1	1,7	0,046	0,000
	Casado	18	4,7	0,8	0,180	
	Outros	89	6,0	2,3	0,248	
Tipo de Ensino Médio	Só pública	1.366	6,1	1,7	0,046	0,908
	Parcial	601	6,2	2,0	0,080	
Turno	Integral	854	6,0	1,6	0,054	0,039
	Não possui	1.255	6,1	1,7	0,049	
Rendimento	Possui	200	5,8	1,7	0,120	0,013
	Sisu	319	6,48	1,73	0,100	
Tipo de Ingresso	Vestibular	2.340	6,24	1,58	0,030	0,022
	Índice de Vulnerabilidade	Não	1.378	6,4	1,5	
	Sim	1.455	6,1	1,7	0,046	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com relação às diferenças entre “gênero”, o IDA dos acadêmicos do “gênero feminino” ficou com média 6,4 e do “gênero masculino” média de 6,1. Entretanto, mesmo que as diferenças não sejam altas, estatisticamente elas existem ($p < 0,05$), então é possível afirmar que os grupos se diferem em relação ao desempenho. O resultado de gênero divide opiniões, pois Miranda *et al.* (2015), em revisão de literatura sobre influências do desempenho acadêmico, encontraram 4 artigos com relação negativa, 6 com relação positiva e 6 sem nenhuma relação. Apesar da divergência, nosso estudo, compreende que se trata de uma variável importante e que tem relação direta em potencializar a vulnerabilidade, bem como criar obstáculos no dia a dia, principalmente em se tratar de pessoas do gênero feminino.

Dessa forma, utiliza-se como base os resultados da pesquisa de Rodrigues e Ramos (2023), que evidenciam a presença de temas opressores como racismo, machismo e fome no ambiente das moradias estudantis de uma universidade em Minas Gerais, a partir de observações participantes e entrevistas com as moradoras. Assim, muitas vezes a questão de gênero se manifesta na forma de machismo, que gera medo, além de ser influenciado por uma série de regras sociais que estabelecem uma divisão binária entre masculino e feminino. É importante ressaltar que homens e mulheres podem ter percepções distintas sobre suas perspectivas profissionais, o que pode gerar motivações diferentes e levar o sexo feminino a ter maior propensão à evasão e baixos níveis de desempenho (Pereira *et al.*, 2022). Portanto, é fundamental considerar esses aspectos para uma análise mais abrangente e cuidadosa sobre a vida dos estudantes nas moradias estudantis.

Ao analisar “estado civil”, percebe ampla diferença entre “solteiros/separados” ($p < 0,05$) com IDA 6,1 e 4,7 daqueles que constituem uma família (“casado/união estável”). O resultado foi convergente com Paula e Farias (2017), que identificaram o “estado civil” do acadêmico como variável influenciadora e, portanto, pode se destacar como variável associada ao desempenho, resultado este também identificado no presente estudo. Quando analisada a variável “tipo de ensino”, em que se considera a formação do estudante no ensino médio, verificou-se um $p > 0,05$, indicando que não existem diferenças estatísticas entre os egressos de ensino público e outros. O resultado corrobora com Lacerda e Valentini (2018), os quais observaram que o tipo de instituição ficou próximo de zero, não sendo significativo quando comparados. O resultado indica que o efeito “tipo de escola no ensino médio” não tem influência no desempenho. Em relação ao “turno cursado”, foram comparadas as médias de IDAs de estudantes que cursam a graduação em “regime integral” com 6,0 e “parcial” com 6,2. Pode-se afirmar que os grupos são estatisticamente distintos ($p < 0,05$). O resultado também foi confirmado na pesquisa de Cintra, Costa e Ribeiro (2023), no qual utilizou-se por base a mesma variável de estudo e encontrou relação entre o turno e desempenho do aluno.

Em relação aos estudantes que possuem ou não alguma “renda”, verificou-se que há diferenças em relação ao desempenho ($p < 0,05$). Percebe-se que as médias de desempenho são mais elevadas em alunos que “não possuem rendimento”. Chama atenção o fato que os alunos que trabalham estejam abaixo da média mínima da UFGD, sendo nota média de 6 o mínimo aceito para aprovação nas disciplinas. Além disso, Silvente *et al.* (2018) observaram uma relação positiva entre o tempo dedicado aos estudos e o desempenho acadêmico, indicando que os estudantes que precisam trabalhar enquanto estudam têm menos tempo disponível para se dedicar aos estudos e, assim, poderão apresentar um desempenho acadêmico menor. Paula e Farias (2017) também destacam que o desempenho acadêmico é um fator influenciador no desempenho futuro dos alunos, ou seja, alunos que apresentaram desempenho acadêmico acima da média tendem a persistir o seu desempenho ao longo do tempo.

Quanto ao “tipo de ingresso”, é observado que o aluno que ingressou via SISU possui desempenho maior que o ingressante via vestibular ($p < 0,05$). Na literatura não foram encontrados outros estudos que se utilizam desta variável para explicar o desempenho acadêmico. Por fim, em relação à variável que representa a moradia estudantil, o resultado encontrado foi significativo. O grupo de estudantes que “reside na moradia” (que estão em vulnerabilidade) possuem IDA ligeiramente inferior aos “não residentes” ($p < 0,05$), sendo IDA 6,1 aos residentes e 6,4 aos não residentes. Essa pesquisa diverge das demais. Morar em residências dentro do *campus* causa impacto expressivo sobre o desempenho acadêmico (Garrido; Mercuri, 2013), da mesma forma foi encontrado por Lacerda e Valentini (2018), em que o grupo de residentes apresentou fraco desempenho superior sobre o grupo de não residentes. Outra pesquisa que corrobora parcialmente com estes achados foi Cintra, Ribeiro e Costa (2023), pois identificaram que, ao comparar o desempenho acadêmico antes e depois de entrar na moradia, apresentam uma influência negativa após a entrada na moradia, mas que com o passar dos semestres o desempenho vai melhorando.

Para compreender de maneira mais aprofundada os impactos da moradia universitária na permanência e desempenho acadêmico dos estudantes, é importante considerar as perspectivas trazidas por diversas pesquisas. Lacerda e Valentini (2018) apontam que, embora o programa de moradia tenha como objetivo melhorar o desempenho acadêmico, não há intervenções específicas para alcançar essa meta. Além disso, Lima (2019) destaca que o acompanhamento de resultados de variáveis pode auxiliar na identificação de momentos em que medidas devem ser tomadas para reduzir os efeitos da diferença entre permanência e conclusão dos estudos.

Para avançar na compreensão dessas questões, é fundamental investigar como minimizar os impactos de fatores como gênero, estado civil, renda e forma de ingresso no desempenho acadêmico. Silvente *et al.* (2018) apontam a associação positiva entre tempo de dedicação aos estudos e desempenho acadêmico, o que sugere que estudantes que precisam trabalhar podem ter menor tempo disponível para os estudos. Paula e Farias (2017) destacam a importância do desempenho acadêmico como influenciador no rendimento futuro dos estudantes.

Portanto, torna-se necessário investigar questões como: Como minimizar os impactos do gênero feminino no desempenho acadêmico? Como minimizar os reflexos do estado civil casado no desempenho acadêmico? Quais fatores externos influenciam o turno? Como a assistência estudantil pode contribuir para minimizar os reflexos da renda no desempenho acadêmico? Qual é a diferença de desempenho acadêmico entre os alunos do turno noturno que precisam trabalhar durante o dia em comparação com os que não precisam? Essas questões podem ajudar a ampliar a discussão empírica sobre a contribuição da assistência estudantil e de suas ações no impacto do desempenho acadêmico dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES

O presente estudo investigou os fatores que influenciam no desempenho acadêmico de estudantes residentes na moradia estudantil da UFGD, a partir de variáveis respondidas pelos alunos no questionário socioeconômico. A partir da análise descritiva foi possível identificar que não existe nenhum grupo predominante, sendo contempladas todas as faculdades e os cursos de graduação da UFGD. A Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR), com os cursos de Relações Internacionais e Direito, figuraram como a menor incidência de vulneráveis e residentes, tanto no conjunto das faculdades, quanto no de cursos. A diferença dos percentuais de conclusão e de evasão do curso dos residentes e vulneráveis comparados aos não residentes e não vulneráveis foram considerados mínimos, em virtude das distorções históricas e atuais que os alunos vulneráveis carregam.

De maneira complementar, o resultado da análise de regressão apontou que 7 variáveis (gênero, estado civil, tipo de ensino médio, turno de estudo, quantidade de pessoas com renda na família, tipo de ingresso e ano de entrada na universidade) influenciam no desempenho acadêmico dos residentes na moradia estudantil. Em relação ao teste de comparação entre as variáveis e as médias dos IDAs foi possível identificar cinco variáveis que estão relacionadas ao desempenho acadêmico e que são estatisticamente significativas (gênero, estado civil, turno de estudo, renda e tipo de ingresso). Tais fatores relacionados no desempenho acadêmico acabam por afetar o aluno de maneira negativa, sendo confirmado com base no teste onde identificou que o desempenho dos alunos não residentes é superior aos residentes.

O resultado aponta sinal de alerta e acende novas discussões, buscando entrelaçar a manutenção da moradia estudantil com um viés voltado ao desempenho acadêmico ou de maneira mais completa, que não esteja atrelado apenas às notas em disciplinas, como foi o estudo em pauta. Ademais, é importante reconhecer que avaliar o desempenho acadêmico apenas pela nota obtida pode ser considerado uma abordagem superficial e limitada, revelando apenas a ponta do *iceberg*. No entanto, neste estudo, justifica-se o uso do IDA como medida, pois é um parâmetro amplamente utilizado pela instituição e conhecido pelos alunos, além de ser um critério importante para avaliar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Vale ressaltar que o desempenho acadêmico é um conceito multifacetado e que sua compreensão completa requer uma abordagem integrada e a soma de esforços individuais, como enfatizado por Cintra, Ribeiro e Costa (2023).

A pesquisa tem limitações, mesmo tomando os devidos cuidados. Existem outras variáveis que não foram discutidas e podem estar relacionadas ao desempenho, como aquelas relacionadas à infraestrutura, características da graduação (estilo e qualidade da docência), saúde física e mental do acadêmico, ambiente universitário, horas de estudo, método de ensino, além das características institucionais. Na revisão foi identificado que os impactos podem ser desde hábitos alimentares, consumo de drogas e sociabilidade ou até variáveis socioeconômicas, absenteísmo, desempenho escolar anterior, horas de estudo, motivação e tipo de aprendizagem, que são as que melhor explicam o desempenho

acadêmico e, portanto, futuras pesquisas podem abarcar essas ou outras variáveis e relacionar com o desempenho. Além do exposto, é importante ressaltar que a utilização de abordagens mistas (quali-quantitativa) ou abordagens qualitativas pode contribuir com novos *insights* para a compreensão dos motivos por trás dos números apresentados nesta pesquisa. Essas abordagens permitem uma análise mais aprofundada das percepções e experiências dos participantes, indo além dos resultados quantitativos. Portanto, futuras pesquisas podem se beneficiar da adoção de uma abordagem metodológica mista ou qualitativa para compreender os aspectos subjetivos relacionados ao desempenho acadêmico dos estudantes. Novos estudos poderão ser desenvolvidos com um percurso qualitativo, misto, crítico e reflexivo e complementar os resultados.

Por fim, pode-se dizer e reconhecer que o efeito da moradia é mais complexo do que se imaginava, e que as variáveis destacadas nesta pesquisa como influenciadoras no desempenho acadêmico abrem passagens para novas discussões, mesmo que não devam ser encaradas como uma regra para todas as moradias. Conforme as análises dos dados, a variável “tipo de ensino médio” foi a única que não apresentou influência no rendimento dos estudantes; as demais (gênero, estado civil, turno, renda, tipo de ingresso e vulnerabilidade) apresentam elementos que impactam o desempenho estudantil, cada uma delas com seus elementos específicos, o que permite defender que, ao apresentar conclusões distintas entre as variáveis (por que devem ser consideradas as particularidades de cada um), é preciso avaliar a moradia como um todo, considerando ainda outros fatores, como ensino, região geográfica e elementos culturais.

No âmbito da assistência estudantil, Silva e Sampaio (2022) apontam algumas incongruências teóricas que ainda requerem investigação. Dentre elas, destaca-se a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre os efeitos das políticas na permanência dos alunos beneficiados, uma vez que os resultados obtidos não são unânimes. Além disso, consideram importante avaliar o próprio desempenho dos estudantes, tendo em vista que a permanência não é necessariamente garantia de bom rendimento acadêmico. Outro aspecto relevante a ser investigado é o efeito das políticas na participação dos alunos em atividades acadêmicas e extracurriculares. Ademais, deve-se ter em mente que, ao se avaliar a assistência estudantil em sua totalidade, corre-se o risco de não conseguir aprofundar a relação entre os diversos aspectos da formação dos estudantes e as especificidades de cada uma das ações implementadas (Garrido; Mercuri, 2013).

REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. C. Avaliação da implementação da política de assistência ao estudante no contexto do plano de expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n. 1, p. 59-68, 2013.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIOVALDO, T. C. C. Política de moradia estudantil: experiências de moradoras nos alojamentos da Universidade Federal de Viçosa. *In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária*, 16, 2016, p. 1-13.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDOURAS DE ENSINO SUPERIOR. **Educa insights**, 2015. ABMES, 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/abmes-pesquisas>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BARBOSA, M. A.; BARRETO, I. S.; BEZERRA, A. L. Q. Assistência universitária: compromisso social. **Revista da Universidade Federal de Goiás**, v. 7, n. 2, p. 25-28, 2005.

BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da Residência Universitária da UFPB**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, 2009.

BARRETO, D. **Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária**. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1946**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõem sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras, **Lei Francisco Campos**.

_____. Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI 2007.

BRITO, L. S.; BARBOSA, A. Programa de auxílio moradia em uma unidade acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos(as) discentes beneficiados. **Revista On-line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 125-145, 2017.

CAMPOS, J. D. S.; ARAUJO, J. R.; RAPOSO, M. C. F. Tempo que os estudantes com auxílio moradia na UFPE levam para se formar ou se desvincular da instituição. *In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária*, 15, 2015, p. 1-16.

CAMPOS, L. C.; MACHADO, T. R. B.; MIRANDA, G. J.; COSTA, P. S. Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de negócios: Análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p. 27-42, 2017.

CHAEBO, G.; MEDEIROS, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 615-628, 2017.

CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I.; COSTA, B. K. Moradia estudantil e índice de desempenho acadêmico: análise quantitativa na Universidade Federal da Grande Dourados. **Dialogia**, v. 43, p. 1-20, e22834, 2023.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior**: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. 203 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, 2010.

CUNHA, S. M.; CARRILHO, D. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 9, n. 2, p. 215-224, 2005.

FAEDO, J. Y. Y.; YAMAMOTO, V. S.; JESUS-LOPES, J. C. de. Ações afirmativas no Brasil: uma pesquisa bibliométrica. **Revista Desafio (UFMS)**, v. 5, n. 3, p. 384-402, 2017.

FERRAZ, M. F.; PEREIRA, A. S. A dinâmica da personalidade e o *homesickness* (saudades de casa) dos jovens estudantes universitários. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 3, n. 2, p. 149-164, 2002.

FERREIRA, M. D. M. Assistência estudantil na educação superior: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 579-592, 2018.

FIOR, C. A.; MERCURI, E. Formação universitária e flexibilidade curricular: importância das atividades obrigatórias e não obrigatórias. **Psicologia da Educação**, n. 29, p. 191-215, 2009.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 87-95, 2013.

GOMES, A. M. O.; PASSOS, G. O. A implementação do programa nacional de assistência estudantil nos institutos federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 415-441, 2018.

GOUVEIA, A. J. **Democratização do ensino e oportunidades de emprego**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação superior 2000**. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. **Sinopse estatística da educação superior 2016**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 12 mar. 2018.

KROTH, D. C.; BARTH, E. Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da política de assistência estudantil no ensino superior. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. 1-21, 2022.

KUH, G. D. The other curriculum: out-of-class experiences associated with student learning and personal development. **Journal of Higher Education**, v. 66, n. 2, p. 123-155, 1995.

LACERDA, I. P.; VALENTINI, F. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 413-423, 2018.

LIMA, F. D. R. **A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB**. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior), Universidade Federal da Paraíba, 2019.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de políticas públicas de assistência estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Revista de Organizações em Contexto**, v. 14, n. 27, p. 53-91, 2018.

LOUREIRO, M. A. S. **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa, 1986.

MARCHI, A.; PEREIRA, D. G.; VERDINELLI, M. A. Percepção dos stakeholders internos sobre as práticas de responsabilidade social universitária. *In: XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2017, p. 1-16.

MELLO, L.; CARVALHO, A. P.; ZARELLI, P. R.; CRUZ, M. A. Uma revisão sistemática de literatura sobre o negro no mercado de trabalho. **Revista de Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 19, n. 36, p. 53-63, 2020.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.

MENDONÇA, C. M. C.; GUERRA, L. C. B.; MENDONÇA, A. V. P. M.; SOUSA NETO, M. V. Políticas de acesso à educação superior e desempenho de alunos bolsistas: O caso de uma universidade privada de Natal/RN. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar**, v. 7, n. 2, p. 16-29, 2015.

MIRANDA, G. J.; LEMOS, K. C. S.; OLIVEIRA, A. S.; FERREIRA, M. A. Determinantes do desempenho acadêmico na área de negócios. **Meta: Avaliação**, v. 7, n. 20, p. 175-209, 2015.

MIRANDA, C. S.; LIMA, J. P. R.; ANDRADE, F. P. Do students from affirmative actions have lower academic performance? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2020.

MIRANDA, C. S.; LIMA, J. P. R.; MARINELLO, M. C. Análise do rendimento acadêmico dos alunos de ciências contábeis da FEARP-USP beneficiados pelo INCLUSP/PASUSP. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 12, n. 2, p. 186-203, 2018.

PAULA, C. R.; FARIAS, M. R. S. Variáveis associadas ao desempenho acadêmico no curso de ciências contábeis. *In: Congresso de Contabilidade, Gestão e Agronegócio*, p. 1-16, 2017.

PEREIRA, V. H.; CUNHA, J. V. A.; AVELINO, B. C.; CORNACCHIONE JR., E. B. Percepção de pós-graduandos sobre os motivos que contribuiriam para a evasão de estudantes dos cursos stricto sensu em contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 15, n. 1, p. 1-25, 2021.

PINTO, G. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

POLESE, A. G.; BORTOLUZZI, S. C.; ANTONELLI, R. A. Relação entre as variáveis comportamentais e o desempenho acadêmico: Um estudo com acadêmicos de administração e ciências contábeis. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. Especial, p. 6-19, 2019. DOI: 10.21714/2446-9114RMC2019v20net01.

RODRIGUES, E. S. S.; RAMOS, B. S. S. Adentrando uma moradia estudantil feminina: Opressão e desumanização no contexto de estudantes pobres. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 9, n. e023014, p. 1-31, 2023. DOI: 10.20396/riesup.v9i0.8665690

SELL, I. Utilização da regressão linear como ferramenta de decisão na gestão de custos. *In: Congresso Internacional de Custos*, 2005, p. 1-13.

SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTE (SENCE). **Cartilha de apresentação do Movimento de Casas de Estudantes**. 2011. Disponível em: <http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/sobresence.html>. Acesso em: 16 fev. 2018.

SILVA, P. T. F.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022.

SILVENTE, V. B.; GAZO, M. P. F.; FANALS, E. P. Predictive model of university persistence: students with "salary scholarship". **Education XX1**, v. 21, n. 1, p. 209-230, 2018. <https://doi.org/10.5944/educXX1.15611>

SOUZA, G. V.; CINTRA, R. F. Política pública de assistência estudantil no Brasil: análise da última década (2011-2019). *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2020, p. 1-14.

SOUSA, Z. A. S.; FERREIRA, M. A.; MIRANDA, G. J. Teoria da atribuição de causalidade: Percepções docentes e discentes sobre os determinantes do desempenho

acadêmico. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 12, n. 2, p. 40-58, 2019. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2019120203>

TOMEI, M. C. M.; PRIEBE, D. D. A. M.; MENEZES, I. H. C. F.; SUGAI, A.; SOUSA, L. M. Rendimento acadêmico e formas de acesso a uma universidade pública federal: fatores associados. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, n. 1, e-113096, 2022.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Moradia estudantil**. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/moradia-estudantil-proae/index>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. **Resolução n. 53 de 1/7/2010: Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD**. Disponível em: <www.ufgd.edu.br>. Acesso em: 17 ago. 2017.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010.

Recebido: 04-09-2022

Aprovado: 14-12-2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.